

## Empréstimo para cidade de São Paulo tem apoio da CAE

Na votação da proposta, diversos senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos pediram tratamento semelhante para outros municípios. Liberação de recursos para metrô de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e Brasília é solicitada em requerimento

Página 5



Rosevelt Finheiro

### CCJ começa a analisar reforma tributária

Comissão de Justiça dá início hoje, às 10h, ao debate da reforma tributária, cuja votação final está prevista para a próxima semana.

Página 4

### Previdência enfrenta polêmica e obstrução

Requerimento destinado a juntar à reforma a emenda paralela provoca adiamento do primeiro dia de discussão da proposta

**H**oje à tarde, antes de iniciar a discussão da reforma da Previdência, o Plenário deverá votar requerimento que solicita a tramitação conjunta das propostas sobre o tema. O exame desse requerimento, que acabou sendo adiado, dominou a sessão de ontem.

Página 3

**SEM ACORDO** Por quatro horas, senadores discutiram a conveniência de se juntarem as duas propostas para tramitação conjunta





## Paim discute iniciativas para igualdade racial

No exercício da Presidência do Senado, Paulo Paim (PT-RS) recebeu ontem a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de quem ouviu a informação de que o Estatuto da Igualdade Racial poderá ser sancionado no dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra.

– A ministra me deu a boa notícia de que há uma série de iniciativas do governo para a data, que é o dia do grande Zumbi dos Palmares. Entre essas, está a expectativa positiva de que Câmara e Senado aprovem o Estatuto da Igualdade Racial.

Paim mencionou as dificuldades para a criação do fundo nacional para aplicação em políticas afirmativas, reparatórias e compensatórias, em favor dos afro-descendentes.

## Mais emprego para portador de deficiência

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem, no exercício da Presidência do Senado, que apresentará na próxima reunião da Mesa, em conjunto com o senador Flávio Arns (PT-PR), proposição exigindo de toda empresa que faça contrato com a Casa o preenchimento de cotas para deficientes.

Paim participou da abertura da exposição de esculturas de 15 alunos da Oficina de Artes do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais. Numa iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas, o evento foi presidido pelo senador Flávio Arns.

# Agenda

## Plenário examina permissão para uso de radioisótopos



Será discutida na sessão de hoje, às 14h30, a proposta do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que trata da permissão e utilização de radioisótopos (elementos radioativos) para pesquisa e uso médico, agrícola e industrial (PEC nº 7/03). O Plenário vota ainda emenda da Câmara à proposta que inclui agravante nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas (PLS nº 32/99).

## Frente Parlamentar em Defesa da Cultura

A solenidade do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, amanhã às 12h, no Salão Negro do Congresso Nacional, contará com 23 senadores. Participarão também do evento o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o cantor Lobão, a dançarina Débora Colker, o artista plástico Ivald Granato e o escritor Antonio Negri. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – foto – é o idealizador da iniciativa.



## Comissão de Justiça discute reforma tributária

Para debater e votar a proposta de reforma tributária (PEC nº 74/03), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h. O

relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou relatório na última quarta-feira. A CCJ é presidida por Edison Lobão (PFL-MA).



## Propostas do setor de comunicação

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 10h, juntamente com a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, para discutir propostas de emendas à reforma tributária sugeridas pelas entidades do setor de comunicação, após a realização de diversas audiências públicas. Entre as sugestões está a que pede isonomia para a importação de insumos para atividades do setor.

## Cobertura de transplante em plano de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará reunião hoje, às 11h, para votar projeto que acrescenta às exigências dos planos de saúde privados a cobertura de despesas com cirurgia para transplante (PLS nº 75/02). A comissão discute ainda proposta (PLS nº 126/02) para permitir a retirada de órgão de doador que se encontra em hospital não autorizado a realizar transplante pelo SUS.



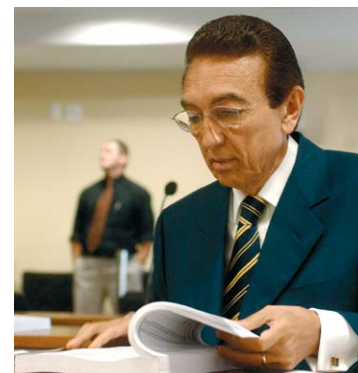
## Meirelles fala em audiência

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a partir das 10h, participa de audiência em reunião conjunta da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC). Em debate a política monetária, creditícia e cambial do 1º semestre de 2003.

## Reunião da CPI do Banestado

A reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado prevista para ontem foi transferida para hoje, às 18h. A CPI, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi criada para investigar irregularidades no envio de divisas do Brasil, por meio das contas CC-5.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



Célio Azevedo

**IMPARCIALIDADE** Postura de Lobão foi elogiada por integrantes do colegiado

## Lobão esclarece fato ocorrido na CCJ

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), esclareceu ontem episódio ocorrido no colegiado em setembro, quando o senador Almeida Lima (PDT-SE) leu, contra a vontade dos demais senadores, voto em separado sobre a reforma da Previdência. De acordo com Lobão, Almeida Lima agiu com base em motivações de menor importância ao acionar a CCJ no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o que considera seus direitos como senador.

Lobão explicou que a decisão que visava impedir Almeida Lima de ler o seu voto foi tomada não pelo presidente, mas pelo plenário da comissão, após recurso apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Como Almeida Lima acabou lendo seu voto, o mandato de segurança não faria sentido – até porque o regimento da CCJ não prevê a leitura do voto em separado, mas apenas o voto do relator. O STF, observou Lobão, indeferiu o mandato de segurança.

### Apoio

Depois de considerar o assunto como encerrado, Lobão recebeu a solidariedade dos senadores José Agripino (PFL-RN), Aloizio Mercadante (PT-SP), Tião Viana (PT-AC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ney Suassuna (PMDB-PB). Eles elogiaram o caráter democrático e imparcial com que Lobão tem conduzido os trabalhos da CCJ. A senadora Heloisa Helena (PT-AL) elogiou Lobão, mas considerou que omissões do regimento beneficiam "maiorias artificiais", e sugeriu mudança do regimento.

Em aparte, Almeida Lima, que também considera o episódio como encerrado, defendeu o recurso ao STF como forma legítima de defesa do seu mandato.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## Antiofídico poderá vir também em pó

Pelo menos 50% das doses de soro antiofídico para uso humano comercializadas ou distribuídas no território nacional deverão estar sob a forma liofilizada (em pó) e não líquida, como ocorre hoje, conforme projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), o projeto será agora enviado ao exame da Câmara dos Deputados.

Pela proposta aprovada (PLS nº 170/02), as embalagens de soro antiofídico conterão, obrigatoriamente, bula com orientações em destaque sobre a aplicação e a conservação do produto. O projeto foi amplamente debatido no 39º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, ocorrido em março na cidade de Belém (PA), e as emendas aprovadas levaram em conta as sugestões apresentadas pelos especialistas em medicina tropical.

Tião Viana explica que o soro antiofídico líquido necessita de conservação sob refrigeração, muitas vezes inexistente nos meios rurais.

## Procuradorias para Senado, TCU e Câmara

O Plenário do Senado aprovou, em primeiro turno, substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda à Constituição, oferecido pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que institui as procuradorias jurídicas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A matéria retornará à ordem do dia para o segundo turno de votação.

Originalmente, a PEC nº 39/01, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), propunha apenas a criação da procuradoria do TCU. Segundo Suassuna, tratava-se de uma necessidade antiga, tendo em vista as demandas jurídicas do tribunal estarem sendo encaminhadas pela Advocacia Geral da União (AGU), que acumula 5,5 milhões de processos.

O Plenário aprovou também as contas do Poder Executivo, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Câmara e Senado.

## REFORMAS

Manobra regimental provoca adiamento do primeiro dia de discussão sobre proposta

# Previdência é obstruída por PSDB, PFL e PDT

A obstrução regimental patrocinada pelos partidos de oposição – PSDB e PFL – e pelo PDT provocou o adiamento do primeiro dia de discussão da reforma da Previdência (PEC 67/03). Foram quatro horas de polêmicas e manobras regimentais, durante as quais os senadores deixaram de lado o conteúdo da reforma e concentraram suas forças na votação de um requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO), destinado a juntar à reforma a emenda paralela que também trata da Previdência (PEC 77/03).

Essa emenda paralela contém todas as mudanças que o governo aceitou até agora na reforma da Previdência. A idéia é aprovar no Senado a reforma

original, já votada pelos deputados, permitindo sua promulgação imediata. Já a paralela seguiria ao exame dos deputados, pois seu conteúdo ainda não foi examinado na Câmara.

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse não considerar que o governo tenha saído derrotado. Para ele, a tramitação da PEC transcorrerá normalmente.

– Tivemos apenas um acidente de percurso. Temos senadores da base governista viajando. Os cinco que não estavam presentes estarão de volta amanhã, inclusive a senadora Ideli Salvatti, que foi submetida a uma pequena cirurgia – afirmou o líder do governo.

O requerimento de apensamento das duas reformas foi bancado pelas oposições, com

apoio parcial do independente PDT. No entanto, no final, para evitar que o requerimento fosse derrubado pelos senadores da base do governo, os oposicionistas PFL e PSDB passaram a obstruir a votação, pedindo verificação de presença e não votando seu próprio requerimento.

Resultado: só 36 senadores manifestaram voto nominal, quando o quórum mínimo é de 41. A votação do requerimento foi adiada para hoje, quando, então, deverá ocorrer o primeiro dos cinco dias de discussão da reforma da Previdência em Plenário. Depois dessa discussão, a reforma voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para exame das emendas de Plenário.



**POLÊMICA** Requerimento de Demostenes Torres sobre tramitação conjunta mobilizou o Plenário

## Horas de citações de artigos e precedentes

Na falta de um acordo político entre os partidos no Senado, o andamento da reforma da Previdência no Plenário enfrentou horas de leituras e ponderações sobre artigos da Constituição, do Regimento Interno, de precedentes já adotados e até decisões do Supremo Tribunal Federal. O senador Demostenes Torres chegou a citar cinco artigos da Constituição e oito do Regimento do Senado e da Câmara para defender a tramitação conjunta da reforma da Previdência e da emenda paralela.

Autor do requerimento, Demostenes parte do princípio de que o conteúdo da emenda paralela já foi rejeitado pela CCJ,

ao votar a favor do parecer do relator da reforma da Previdência. Ele ponderou que a Constituição determina que, se uma emenda à Constituição for derrubada, o mesmo assunto só poderá voltar ao debate no ano seguinte.

O senador Tião Viana (PT-AC), líder do PT e relator da reforma da Previdência, contestou, observando que a emenda paralela pode ou não tramitar com a reforma. Qualquer caminho depende, na opinião de Viana, de decisão do Plenário.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, citou acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar uma liminar proposta em 1996 por

deputados do próprio PT contra uma decisão do presidente da Câmara. O STF considerou que só não pode ser votada numa mesma sessão legislativa emenda constitucional rejeitada ou considerada prejudicada. No caso, Mercadante entende que o Senado não votou qualquer emenda que trata de previdência social.

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, aliado do governo, informou que concorda com a emenda paralela, mas disse que em pelo menos um ponto o partido quer fazer supressão na própria reforma da Previdência – a parte que trata dos três subgrupos salariais nos estados.

## Adiada decisão sobre novos municípios

Foi aprovado ontem em Plenário requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solicitando o adiamento da votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 13/03) de iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que estabelece novos procedimentos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. O pleito acolhido também prevê o reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao defender seu requerimento, Azeredo lembrou que a legislação reguladora da questão municipal, muito liberal no passado, proporcionou alguns exageros. Esses excessos teriam levado ao atual enrijecimento das normas constitucionais sobre o assunto, o que estaria impossibilitando o advento de novas municipalidades.

– Sou favorável a que tenhamos novos municípios – afirmou, ponderando, no entanto, que essa possibilidade seja compatível com a sustentabilidade financeira. Pelo caráter polêmico da matéria, o senador decidiu recomendar seu retorno à CCJ, o que lhe possibilitaria tentar inserir no texto algumas restrições à criação de municípios, como população mínima e distância mínima do município-mãe. Ficou agendada para hoje a votação, em primeiro turno, da PEC nº 27/03, que determina que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara e no Senado.

## Aprovado nome para embaixada

O Senado acolheu mensagem da Presidência da República indicando o ministro de primeira classe da carreira diplomática Sérgio Eduardo Moreira Lima para, cumulativamente ao cargo de embaixador do Brasil em Israel, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Chipre. A mensagem recebeu 54 votos favoráveis e sete contrários. Um parlamentar absteve-se de votar. A votação foi secreta.



# REFORMAS

Paim está em busca de acordo para preservar direitos dos servidores. Na CCJ, tem início hoje a discussão da reforma tributária. Já a Comissão de Educação decidirá que emendas apresentará à proposta



**MUDANÇAS** Paulo Paim (E) discutiu com João Paulo, presidente da Câmara, as propostas de alteração

## Paulo Paim quer garantir acordo sobre Previdência

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), visitou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, com quem conversou sobre sua proposta de concluir acordo entre Congresso e governo para assegurar, na reforma da Previdência, alterações de interesse dos servidores. As emendas, disse, seriam incluídas no texto que já passou na Câmara ou na "proposta paralela", com a garantia de se concluir a votação ainda este ano.

Paim considerou a conversa com João Paulo "muito boa". Segundo afirmou, o deputado garantiu que, se o acordo tiver sucesso, será possível agilizar na Câmara a votação do que vier a ser aprovado no Senado. Animado com o sinal verde que já teria recebido de articulados do governo, o senador disse acreditar na viabilidade da proposta, desde que seja firmado compromisso assinado por todos os líderes e pelos presiden-

tes do Senado e da Câmara, além do próprio Executivo.

– Acho que estamos avançando bem nas negociações e espero que o acordo se concretize, pois por enquanto só existe uma boa carta de intenções – ressaltou.

Para viabilizar o acordo, existem 21 emendas apresentadas por Paulo Paim, consubstanciando alternativas sobre quatro pontos considerados fundamentais por ele e que ficaram de fora do texto aprovado na Câmara: garantia da paridade para os servidores que se aposentarem; subteto único nos estados; isenção da contribuição de 11%, até o limite de R\$ 4.800, aos inativos portadores de deficiências, invalidez e doenças graves reconhecidas em lei; e regras de transição para quem começou a trabalhar mais cedo, garantindo que cada ano trabalhado excedente ao tempo de aposentadoria seja abatido da idade mínima exi-

gida.

O vice-presidente do Senado afirmou que não concorda em deixar as alterações de interesse dos servidores tramitarem sem acordo de mérito nem data de votação acertada entre as lideranças e o governo.

### Permanência

Paulo Paim também anunciou que vai procurar o relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), objetivando dar prosseguimento às conversas para um acordo nesse sentido. Disse também que a continuidade dos entendimentos afasta a hipótese de sua saída do PT.

– Com a votação das alterações garantida até o final do ano, não vejo motivo para isso. Eu sempre disse que não sou contra a reforma da Previdência e que voto a favor do texto principal, mas tenho posição sobre os destaques que apresentei – esclareceu.

## Crivella propõe mudança na CLT

Projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que o peso máximo a ser carregado por um empregado passe dos 60 quilos atuais para 20. Crivella apresenta uma série de estudos que, disse, não recomendam a manutenção do peso estabelecido pela CLT. Segundo o senador, a legislação atual não está

de acordo com as determinações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com normas do Ministério do Trabalho.

– É mais que conveniente, por atender às normas e aos estudos de Medicina do Trabalho, a redução do peso máximo para 20 quilos, como forma de preservar a saúde do trabalhador e melhorar as condições de trabalho do cidadão.



Roosevelt Pinheiro

## Proposta tributária começa a ser discutida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa hoje, às 10h, a discutir e votar a reforma tributária. Deverão ser lidos os substitutivos do PFL, elaborado pelo senador Rodolpho Tourinho (BA), e do PSDB, cujo autor é o senador Tasso Jereissati (CE). A votação, no entanto, deve ser concluída apenas na quarta-feira da próxima semana.

O principal ponto de divergência é o Fundo de Desenvolvimento Regional, formado por R\$ 2 bilhões retirados da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI).

Até mesmo partidos da base do governo, como PMDB e PTB, defendem a posição dos governadores, que querem o repasse da verba diretamente. A proposta estabelece que o dinheiro será repassado aos bancos para empréstimos a empresas que queiram investir nas regiões menos favorecidas.

O PSDB tem proposta alternativa que prevê a implantação gradual do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria o IPI e o ICMS. O novo imposto seria arrecadado no estado consumidor.



**DECISÃO** Presidida por Edison Lobão (E), a Comissão de Justiça avaliará o parecer elaborado por Romero Jucá

## Educação deve definir hoje as suas emendas

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, a partir das 10h, com a Subcomissão de Ciência, Comunicação Social e Informática para definir as emendas que apresentará à proposta de reforma tributária.

O presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PDT-PR), informou que as emendas a serem apresentadas pela comissão atendem aos setores de ciência, tecnologia, comunicação, educação, esporte e cultura, e levarão em conta sugestões formuladas por especialistas durante audiências públicas promovidas no decorrer deste semestre.

Entre as emendas, está a que incentiva a criação de fundos federais, estaduais e municipais destinados ao fortalecimento de emissoras educativas e culturais, de natureza pública e estatal, a serem administrados pelo Conselho de Comu-



**APOIO** Educação, ciência, cultura e tecnologia devem ser beneficiadas, diz Osmar Dias

nicação Social.

Na reunião de ontem, a comissão decidiu abrir a discussão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre os produtos transgênicos. Por sugestão do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), o colegiado deverá ouvir o que pensam os cientistas a respeito de produtos geneticamente modificados.

José Cruz

Waldeir Rodrigues

Célio Azeredo



# Comissão aprova empréstimo para São Paulo



**DEBATE** Ramez Tebet, ao lado de Valadares e Paulo Octávio, presidiu a reunião em que a autorização foi longamente discutida

José Cruz

■ Pedido que garante R\$ 493,8 milhões para a prefeitura paulistana será agora analisado pelo Plenário

Após três semanas de debates, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao pedido da prefeitura de São Paulo para tomar empréstimo de R\$ 493,8 milhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão destinados ao Sistema Integrado de Transportes Urbanos de Passageiros da

cidade. A matéria, que recebeu voto contrário do senador Almeida Lima (PDT-SE), segue agora para o Plenário, acompanhada de requerimento de urgência apresentado pela CAE.

Apesar de aceitarem argumentos do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sobre a importância do empréstimo, senadores afirmaram que houve tratamento especial a São Paulo.

O senador César Borges (PFL-BA) reclamou do fato de o argumento de excepcionalidade se aplicar somente à capital paulista. "Não podemos aceitar dois pesos e duas medidas no tratamento dos pedi-

dos de cidades importantes do país", afirmou ele, após manifestação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que o apelo da necessidade de resolução urgente de problemas urbanos existe para São Paulo e cidades governadas por partidos da base de sustentação do governo. "O mesmo argumento não serve para todos", lamentou.

Almeida Lima disse que seu voto contrário era simbólico, como alerta para o fato de São Paulo continuar a ser referência de migração para o resto do país.

## Senadores pedem tratamento semelhante para outras cidades

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou que São Paulo vem recebendo historicamente prioridade do governo federal, especialmente nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse que tinha esperança de que, por suas raízes nordestinas, Lula adotaria comportamento diferente.

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), reclamou de notícias de que partidos e parlamentares do Nordeste estariam contrários ao empréstimo. "Infelizmente, tentaram transformar o cuidado na análise do pedido em questão política."

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o presidente Lula ganhou credibilidade por haver nascido no Nordeste. Ele destacou que, assim como São Paulo, Teresina tem argumentos válidos para justificar a necessidade de empréstimos. Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a centralização da popu-

lação e de recursos em São Paulo levará à necessidade de cada vez mais verbas para resolver problemas da cidade. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) agradeceu o apoio a São Paulo e defendeu a aprovação de investimentos desse tipo para outras cidades.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), a situação de caos nos transportes metropolitanos e na infra-estrutura urbana em geral demonstra que o setor público tem estado ausente. "A proliferação da informalidade e a inconsistência dos programas de transportes de massa refletem nossa incompetência para tratarmos do assunto", assinalou.

Relator da matéria na CAE, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou o comportamento dos senadores opositores na discussão da matéria e lembrou que o empréstimo para São Paulo não é novo. Ele disse que as audiências sobre o tema ajudaram na qualidade dos debates.

## CAE solicita liberação de verbas

Ao final das discussões sobre o empréstimo para São Paulo, a Comissão de Assuntos Econômicos, por sugestão dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou requerimento com apelo ao presidente da República para que libere verbas necessárias à continuidade das obras dos metrô de Salvador, Fortaleza, Recife,

Porto Alegre e Brasília.

Saturnino solicitou ainda que a comissão apresente emenda coletiva ao Orçamento de 2004 a fim de garantir recursos para continuidade das obras.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), protestou contra a não liberação de recursos do Orçamento de 2003 para projetos na área de transportes.



**DECISÃO** Senadores da CAE também garantiram urgência a pedido de empréstimo para a Bahia

José Cruz

## Amapá e Amazônia Ocidental podem receber benefícios fiscais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem emenda de Plenário, em forma de substitutivo, concedendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus à Amazônia Ocidental – constituída pelo Amazonas, Rondônia e Roraima – e à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá. O projeto original, do senador José Sarney (PMDB-AP), contemplava o Amapá.

As isenções aplicam-se apenas a bens elaborados com matérias-primas regionais, incluindo produtos de origem animal, vegetal, mineral, agrossilvopastoril, agroindustrial, de biodiversidade, máquinas e implementos agrícolas, cerâmicas e vidros. O substitutivo, apresentado pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM), recebeu parecer favorável do re-

lator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Também foi aprovado pela CAE parecer do senador Mão Santa (PMDB-PI) pela rejeição em caráter terminativo do Projeto nº 183/02, que inclui caminhões entre os veículos automotores que poderiam receber isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando comprados para uso de portadores de deficiência física.

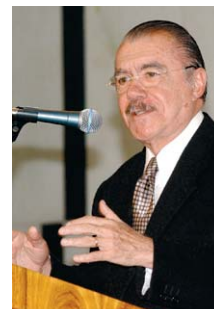
O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu retirada de pauta do Projeto nº 126/03, que concede benefícios financeiros aos estados em função do desempenho exportador e saldo comercial externo. Garibaldi pretende que a matéria seja analisada pela Secretaria do Tesouro Nacional. O autor do pro-

jecto, senador César Borges (PFL-BA), lamentou a retirada de pauta do substitutivo. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o reexame foi pedido

porque a matéria será contemplada na reforma tributária.

A CAE também aprovou requerimento de urgência a autorização ao estado da Bahia para contratar no Banco Mundial (Bird) crédito no valor de US\$ 60 milhões. A comissão acolheu ainda requerimen-

to do senador César Borges para realização de audiência com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre a estratégia do governo para recriação das superintendências de desenvolvimento regional.



**Sarney é autor do projeto que garante as isenções**

Jane de Araújo



## Mozarildo faz homenagem ao servidor público

Ao discursar em homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que o processo de aviltamento da imagem do servidor, bem como a quebra sistemática de sua dignidade precisam parar, porque são injustos. “O servidor público merece todo o nosso respeito e admiração”, afirmou.



**Servidor trabalha muito e ganha mal, afirma Mozarildo**

Para Mozarildo, a maior parte dos servidores ganha mal e trabalha muito. Segundo ele, um professor de ensino fundamental recebe até R\$ 600, e um professor universitário mal chega aos R\$ 3.000. Ele destacou ainda os profissionais de saúde, que recebem pouco e têm grande responsabilidade.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) se associou à homenagem aos servidores públicos.

## Heloísa lembra morte de funcionário

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) dedicou sua homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado ontem, à memória do ex-coordenador de arrecadação do governo de Alagoas, Sílvio Viana, assassinado a tiros em uma emboscada em outubro de 1996. Em nome do povo alagoano e da família de Viana, Heloísa lamentou o fato de, passados sete anos, o crime não ter sido esclarecido e os autores permanecerem impunes.



**Heloísa cobra identificação dos autores do crime**

Segundo a senadora, Viana foi morto enquanto investigava acordo entre usineiros e o governo estadual e promovia uma devassa fiscal contra os “parasitas” dos cofres públicos. Ela observou que no Dia do Servidor os alagoanos cobram do poder público a identificação dos autores da execução.



**AVANÇO** Matéria aprovada pela CE, presidida por Osmar Dias (E), também favorece o ensino a distância

# Comissão acolhe projeto que prevê a inclusão digital

■ A proposta determina ainda que as escolas tenham políticas de acesso a bibliotecas e a laboratório de línguas

As escolas do ensino fundamental e médio poderão adotar políticas específicas de acesso a bibliotecas, laboratório de línguas, computadores e Internet. A medida está prevista em substitutivo do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) ao projeto de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Educação (CE). O projeto (PLS nº 240/2003) segue agora para análise da Câmara, caso não haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Juvêncio observou que o projeto tem o mérito de incluir na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional benefícios culturais como dever do Estado. Ele destacou ainda outro dispositivo do projeto, que permite à União coordenar, em colaboração com estados, municípios e o DF, a execução de programas de educação a distância.

A Comissão de Educação também decidiu ontem encaminhar para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que permite às empresas de construção civil oferecer aulas de alfabetização gratuitas aos seus empregados no próprio canteiro de obras.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do requerimento solicitando parecer da CAE, é necessário que se examinem as implicações que poderiam advir para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na hipótese de

o projeto vir a ser aprovado.

O motivo, observou Mercadante, é que o projeto (PLS nº 174/2003) permite que as empresas que aderirem à alfabetização gratuita passem a ter preferência na obtenção de crédito.

### Fome Zero

Na mesma reunião, a CE encaminhou ao arquivo relatório do Tribunal de Contas da União sobre auditoria realizada no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, bem como nas entidades envolvidas na execução do Programa Fome Zero.

Fátima Cleide (PT-RO) informou, com base no relatório solicitado pelo próprio ministro José Graziano, que não foi constatada irregularidade no programa. O senador Gerson Camata (sem partido-ES) enalteceu o relatório do TCU e fez votos que os recursos do Fome Zero cheguem com rapidez às famílias mais necessitadas.

## Goiás deve contar com investimento da Alemanha, anuncia Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou com orgulho as perspectivas de desenvolvimento econômico abertas em Goiás nesta semana, com a realização do 21º Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Goiânia. Dos US\$ 30 bilhões que os alemães pretendem investir em 69 projetos no país, pelo menos US\$ 2,65 bilhões deverão ser aplicados no setor produtivo goiano, segundo o jornal *O Popular*.

Ao participar da abertura do encontro, a senadora disse ter sido “testemunha do entusias-

mo com que os empresários alemães estão encarando a possibilidade de investir no país e em Goiás”. Segundo informou, as confederações nacionais da indústria do Brasil (CNI) e da Alemanha (BDI) renovaram por mais três anos a iniciativa Brasil-Alemanha de infra-estrutura e energia.

– Em março próximo, empresários alemães virão conhecer os projetos pré-selecionados – adiantou Lúcia Vânia.



Marcio Kallume

## Zambiasi registra Dia do Dentista

Ao registrar o Dia do Cirurgião-Dentista e da Saúde Bucal, transcorrido no último 25 de outubro, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ao governo políticas públicas para a área, pois, apesar de o país ter grande número de dentistas, 30 milhões de brasileiros nunca recorreram ao serviço dos profissionais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao saudar os profissionais da área, o senador homenageou o Conselho Federal de Odontologia pela atuação no programa Saúde na Família, que amplia o alcance do tratamento dentário na população.

## Arthur Virgílio ressalta os 155 anos de Manaus

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) prestou homenagem à capital de seu estado, Manaus, que completou 155 anos na última sexta-feira. Ele fez um breve histórico da cidade, que se iniciou em 1669, quando os portugueses construíram na região o Forte São José da Barra, em torno do qual surgiu um arraial, que, em 1848, se tornaria a capital da então província do Amazonas. Arthur Virgílio saudou a população de Manaus e o prefeito Alfredo Nascimento (PL). Ele também anunciou o lançamento e desejou êxito ao novo jornal na cidade, *O Estado do Amazonas*.

## Valmir Amaral destaca nova Lei de Falências

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) felicitou os deputados federais pela aprovação, por 245 votos contra 24, do projeto da nova Lei de Falências. O projeto, destacou, chega ao Senado após quase uma década tramitando na Câmara dos Deputados. Pela nova norma, a empresa devedora e uma comissão de credores têm 180 dias para chegar a um acordo, que será homologado por um juiz. O prazo máximo para quitação de dívidas de pequenas e médias empresas será de três anos, prorrogáveis por mais dois.





**COMPARAÇÃO** Gastos com viagens são maiores que investimentos, diz Agripino

## José Agripino: governo gasta onde não devia

Ao comparar os investimentos com os gastos com passagens e diárias feitos pelo governo, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou ontem que o governo está gastando onde não devia.

De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal obtidos pelo senador, o Ministério das Comunicações gastou 1,87 vez a mais com viagens do que com investimentos; o Ministério da Agricultura, 3,12; o Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2,14; e o Ministério de Minas e Energia, 1,07.

O senador, que disse estar preocupado com a situação, salientou que, enquanto o Ministério da Assistência e Promoção Social investiu apenas R\$ 126 mil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, investiu R\$ 300 mil em Cuba, de acordo com matéria publicada ontem pelo jornal *Diário do Comércio*.

Para Agripino, a pequenez dos números relativos aos investimentos do governo é surpreendente. Segundo os dados obtidos, o Ministério das Cidades, que tinha uma dotação orçamentária de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, até agora executou apenas R\$ 92 milhões. O Ministério do Esporte, com R\$ 250 milhões, gastou apenas R\$ 445 mil, "valor insignificante se comparado à sua dotação", e o Ministério do Turismo, com uma dotação orçamentária de R\$ 234 milhões, investiu R\$ 2,7 milhões, observou o senador.

Diante desses dados, José Agripino comentou que investimentos nesse nível não geram emprego e que não é de admirar os índices de desemprego registrados pelo país.

# Arthur Virgílio cobra explicações sobre denúncia de espionagem

Reportagem de *Veja* aponta para atos que teriam sido praticados pelo PT e assessores do então candidato Lula

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) encaminhou ontem requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para saber quais as providências que serão tomadas pelo governo para esclarecer denúncia publicada pela revista *Veja* sobre espionagem que teria sido praticada pelo PT e por assessores do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva na campanha presidencial de 2002.



**EXPECTATIVA** Arthur Virgílio afirma que pedido de CPI depende de informações

Virgílio também solicitou à Mesa a transcrição, nos Anais do Senado, da íntegra da reportagem "contendo pormenorizada descrição do aparelho de

espionagem, posto em prática pelo PT durante a campanha eleitoral".

– Na sexta-feira passada, neste Plenário, antecipei, em pronunciamento da tribuna, que tinha a visualização e já era detentor de indícios desse esquema de espionagem e que, a se confirmar, traria pormenores ao Plenário. Antes até do que supunha, confirmou-se a bisbilhotagem. E o ilustre líder do governo, Aloizio Mercadante, naquela manhã, prontificou-se a se aliar à investigação que

então anunciei. Agora, ele pode cumprir a promessa – ressaltou.

O senador se disse "triste" com a matéria da *Veja* e sugeriu que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, peçam explicações ao governo sobre as articulações do PT para fazê-los desistir da disputa eleitoral pela Presidência da República.

– Não queremos precipitar uma nova CPI. O que vai determinar se vamos ou não pedir a criação de uma CPI para investigar esse escândalo são as informações que nos serão encaminhadas pelo ministro da Justiça – assinalou.

## Mercadante: ministro da Justiça deve prestar todos os esclarecimentos

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), concordou, da tribuna, em que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, preste todos os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance sobre a denúncia da revista *Veja* desta semana. Conforme a revista, o PT montou uma equipe, durante a campanha eleitoral do ano passado, destinada a torpedear os outros candidatos à Presidência e a defender Lula.

Mercadante informou que, em princípio, algumas afirmações não fazem sentido, como é o caso da renúncia do candidato a vice-presidente na chapa de Anthony Garotinho, Paulo Costa Leite, ocorrida em maio do ano passado.

– Ele deixou a candidatura porque se descobriu que ele trabalhara para o antigo Serviço Nacional de Informações. O PT, antes de ser governo, nunca teve acesso ao SNI – lembrou.

Sobre a destruição das fitas cassete do episódio do seqüestro e morte do prefeito petista Celso Daniel, de Santo André (SP), Mercadante sustentou que quem mandou destruí-las foi um juiz, por entender que elas tinham sido obtidas ilegalmente. Com a destruição, também foi anulado o inquérito policial.

Já o suposto dossiê de mil páginas que Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teria entregue a pessoa da equipe encarregada de torpedear os adversários de



**DEFESA** Mercadante observa que juiz mandou destruir fitas

Lula "é um fato que o próprio senador pode esclarecer", salientou Mercadante.

Em aparte, Antonio Carlos confirmou ter sido procurado há poucos dias pelo jornalista Policarpo Júnior, de *Veja*, mas disse que não entregou dossiê de mil páginas envolvendo o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-caixa da campanha de José Serra ao governo paulista.

– Até porque o dossiê de Ricardo Sérgio não tem mil páginas, apesar de quase chegar a isso – esclareceu de forma irônica o senador baiano.

Mercadante disse considerar "pouco provável" que o sindicalista Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical, vice na chapa comandada por Ciro Gomes, tenha se envolvido nos episódios citados pela revista – ele teria sido ameaçado por telefonemas avisando que seria distribuído um dossiê sobre irregularidades que Paulo teria cometido na direção da Força Sindical. O senador lembrou ainda que as denúncias contra Paulo foram feitas antes da campanha eleitoral.

– No entanto, quem tem muito a explicar sobre espionagem telefônica é José Serra – frisou. Mercadante destacou as denúncias de contratação, durante a gestão de Serra no Ministério da Saúde, de uma empresa destinada a fazer varredura de telefones do ministério.

## Tião Viana elogia compostura e ética do líder do PSDB

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), elogiou a compostura e a ética do senador Arthur Virgílio, que, diante de uma reportagem da revista *Veja* denunciando fatos graves de espionagem eleitoral, limitou-se a apresentar requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sem fazer sensacionalismo sobre o conteúdo da reportagem.

Para Tião Viana, os fatos denunciados são graves e merecem ser investigados com rigor. Segundo ele, ameaças de CPI e de guerra de dossiês fazem mal à democracia e "exalam odor fétido".

O senador pelo Acre louvou a responsabilidade demonstrada por Arthur Virgílio, indicando ser esse o caminho do diálogo e do entendimento entre oposição e governo que interessa ao país e à classe política.

– O líder do PSDB deu demonstrações inequívocas de ética na política ao pedir, de maneira clara e objetiva, que o Ministério da Justiça investigue e esclareça um assunto delicado, que merece ser tratado com seriedade e rigor – concluiu Tião Viana.



**SERIEDADE** Para Viana, trata-se de "assunto delicado, que merece ser tratado com rigor"





Roosevelt Pinheiro

**PRODUÇÃO** Recorde na agricultura só depende das chuvas, segundo Aelton

## Aelton ressalta números da safra deste ano

O senador Aelton Freitas (PL-MG) chamou a atenção para a possibilidade de o Brasil obter safra recorde de grãos neste ano, conforme anunciou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O volume, estimado entre 124 milhões e 127 milhões de toneladas – com aumento de 4% em relação a 2002 –, só depende de boas chuvas, uma vez que o governo e os produtores teriam feito o esforço necessário a um bom desempenho da agricultura, disse.

O senador observou que foi registrado crescimento de 9,8% no consumo de fertilizantes e espera-se aumento de 5% da área plantada, percentual “puxado” principalmente pelas plantações de soja, algodão e arroz. Os números também revelam acréscimo entre 7% e 11% na produção de soja, o que deve gerar um incremento de até 10% em faturamento com as vendas externas do produto em 2004, atingindo US\$ 8 bilhões. Já o algodão poderá chegar a um crescimento em torno de 30%, afirmou ele.

Aelton Freitas defendeu a valorização da agricultura nacional e propôs a criação de comissão permanente de agricultura e política rural, para que o Senado participe “de forma mais ativa” do processo de aperfeiçoamento desse setor da economia.

# Comissão mista buscará acordo sobre emendas

Senadores reivindicam o direito de apresentar um número maior de sugestões ao Orçamento da União

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anunciou que designou comissão de três senadores – Sérgio Guerra (PSDB-PE), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Roberto Saturnino (PT-RJ) – e três deputados para buscar acordo definitivo entre os representantes das duas Casas sobre o aumento do número de emendas de bancada pleiteado pelo Senado.

– Vou esperar até quinta-feira (*amanhã*). Se não houver acordo, vou considerar encerrados os entendimentos e co-



Roosevelt Pinheiro

**EXPECTATIVA** Mestrinho espera que haja entendimento entre Câmara e Senado até amanhã

locarei em votação o parecer preliminar do relator. Não haverá mais espaço para mudança na Resolução nº 1 do Congresso – advertiu Mestrinho, referindo-se à falta de acordo sobre a proposta de projeto de

resolução para acrescentar três ao total de emendas apresentadas pelos estados e pelo Distrito Federal (atualmente de 15 a 20).

O acordo fechado terça-feira da semana passada entre líderes dos partidos com assento na comissão e Mestrinho não foi aceito pelos senadores. O presidente da comissão chegou a encaminhar à Mesa do Congresso o texto do projeto de resolução, mas o retirou porque não houve entendimento para votação.

Mestrinho explicou que os senadores querem garantia de que as três emendas sejam de iniciativa do Senado e nominais. Esse pleito encontra objeções na Câmara. O resultado é o atraso no cronograma de votação do projeto de lei do Orçamento de 2004. A comissão não conseguiu ainda votar o relatório preliminar à parte inicial da proposta orçamentária.

## Aprovada programação monetária para o quarto trimestre deste ano

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem relatório do senador Paulo Octávio (PFL-DF) favorável à programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2003. O parecer servirá para instruir a votação de projeto de decreto legislativo sobre o tema em Plenário.

Paulo Octávio destacou que a metodologia de controle da base monetária nacional é “meramente cerimonial, sem qualquer importância”. Para corrigir o problema, o relator lembrou que existe projeto de lei, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PLS nº 326/03), capaz de adequar a análise da programação monetária à atual política



José Cruz

**PARECER** Paulo Octávio relatou o projeto enviado ao Senado pelo Poder Executivo

econômica.

– A razão é que o regime de metas inflacionárias, atual paradigma de execução da política monetária, não utiliza o controle direto da base monetária como ferramenta de operação, mas sim a taxa de juros – expli-

cou o senador, que reclamou que o Executivo tem enviado a proposta de programação monetária ao Senado quando o período ao qual se refere já está iniciado.

Ainda assim, Paulo Octávio analisou os dados do Banco Central e, tendo em vista o cenário de retração do Produto Interno Bruto (PIB), baixa inflação, alta do desemprego, com fluxo positivo de recursos para o país, considerou adequados os limites estabelecidos para a base monetária.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) manifestou-se contrariamente ao relatório de Paulo Octávio. Ele disse que não poderia ratificar uma política monetária recessiva.



Waldemir Rodrigues

**RECURSOS** CMN deve aprovar o financiamento na próxima reunião, disse Antonio Carlos

## ACM anuncia empréstimo para cacauzeiros

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) agradeceu ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, providências no sentido de liberar financiamento aos produtores de cacau da Bahia. Segundo disse, a próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá aprovar os créditos necessários para os 1.200 produtores que já têm suas propostas de financiamento em carteira do Banco do Brasil.

Antonio Carlos afirmou que há na região sul da Bahia cerca de 200 mil desempregados, mas, com a volta da lavoura cacauzeira, esse panorama se transformará. O parlamentar baiano lembrou que a produção de cacau esteve em crise durante quase uma década, mas agora existem condições práticas para a retomada da atividade, caso o financiamento seja garantido.

O senador alertou para a necessidade de garantir que o Banco do Brasil não crie entraves burocráticos na liberação dos recursos, que beneficiarão pequenos e médios produtores.

Conforme Antonio Carlos, o estado da Bahia caminha rapidamente para a industrialização, com a instalação da montadora Ford e, mais recentemente, da sul-coreana Hyundai, mas o cacau ainda é relevante atividade econômica.

## Acordo entre Brasil e Argentina é histórico, diz Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) – foto – registrou como histórico o encontro dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Néstor Kirchner, durante a última viagem de Lula a esse país. Para o senador, que presenciou o

encontro, o “Consenso de Buenos Aires”, firmado entre as duas nações, é uma aliança estratégica sólida. Os dois presidentes, de acordo com Saturnino, encontraram seus países em crise e possuem avaliações e propostas semelhantes para

solucionar os respectivos problemas nacionais. Ele lembrou que Brasil e Argentina sempre foram considerados países adversários e hoje superaram suas divergências e procuram um destino comum. Segundo o parlamentar, os

presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner fizeram várias referências à união dos dois países. É de extrema importância, afirmou Saturnino, a convergência de interesses entre as duas nações, já que uma precisa da outra.



Roosevelt Pinheiro

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Eduardo Siqueira Campos